

Pompeu diz que exigirá CPI

O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), em pronunciamento ontem no Senado Federal, disse que vai exigir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) caso a Comissão do Distrito Federal não tenha condições de apurar com todo o rigor, as irregularidades na concorrência pública para as obras de despoluição do Lago Paranoá.

Pompeu de Souza, ao ressaltar a gravidade das denúncias e elogiar a edição de ontem do **Jornal de Brasília** documentando a acusação de fraude, disse que o governador José Aparecido «está na obrigação moral de seguir o exemplo do Presidente da República, que imediatamente anulou a concorrência da Ferrovia Norte-Sul».

Na defesa da despoluição do Lago, Pompeu lembrou que à época em que o Governo do Distrito Federal assinou convênio com o então Banco Nacional da Habitação (BNH), afirmara que a medida era inadiável, mas que as obras deveriam ser feitas «com o maior rigor, o maior critério, e com a mais perfeita tecnologia», sugerindo até que a Universidade de Brasília tivesse uma participação direta, a fim de que tudo se procedesse dentro da maior respeitabilidade.

O parlamentar informou que, apesar disso, o governador «fez ouvidos mocos à nossa advertência». Sem esses cuidados, observou que a denúncia do **Jornal de Brasília** comprova que «o projeto em curso para a despoluição do Lago não o despoluiria realmente, seria apenas um engodo, uma operação que daria a impressão da despoluição por muito tempo e que, na verdade, no futuro, iria agravar as condições ambientais».

Para ele, nas matérias das edições de domingo, e ontem está fartamente documentado que a concorrência teve «escandalosamente multiplicado o custo da obra três vezes num espaço de cinco meses». Lembrou Pompeu que a Caesb alegou «a queda do poder aquisitivo da moeda quando a moeda era o dólar e não o Cruzado, e o dólar, ao que me consta, não está numa situação de inflação correspondente ao nosso pobre Cruzado». Além disso, prosseguiu o senador, «o aspecto formal da concorrência se reveste da mais completa ilegalidade».

PDT apóia

Num aparte ao pronunciamento de Pompeu, o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), disse associar-se integralmente ao seu discurso e qualificou a denúncia do **JBr** como um «serviço da mais alta relevância para os altíssimos interesses da Capital da República» e ponderou que o governador José Aparecido, em nome da transparência que diz querer dar à sua administração, deverá dar explicações em nome da

decência e de suas próprias afirmações.

Garantiu acreditar que o senador Meira Filho, presidente da Comissão do Distrito Federal, já deveria estar tomando providências a fim de que «o Senado e Brasília sejam esclarecidos a respeito de todo esse noticiário desastroso para nós, que vivemos na Capital da República, e para todos os brasileiros».

Pompeu de Souza explicou que é amigo do governador José Aparecido há mais de 30 anos, entretanto, ponderou que «a amizade pessoal é uma coisa e a coisa pública é outra». Assim, antes tinha proposto ao presidente da Comissão do Senado que fizesse uma sessão pública daquele órgão a fim de ouvir todos os envolvidos no projeto de despoluição do Lago, mas, agora, com a nova denúncia de um jornal «da maior respeitabilidade que é o **Jornal de Brasília**», considera que Aparecido está na obrigação de anular imediatamente a concorrência, assim como o Senado Federal que, além de ser um órgão representativo da Federação, é o órgão legislativo do Distrito Federal, «também tem a responsabilidade direta de exigir a apuração» de todo o caso.

Ao assegurar que confia plenamente no governador José Aparecido — «em nome de sua indiscutível honorabilidade pessoal» —, dizendo ter certeza de que ele não fugirá ao cumprimento de seu dever, o parlamentar foi apartado pelo senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) que denunciou como «grande culpado de toda essa onda de desonestidade que reina hoje no País, o presidente José Sarney», e apontou Aparecido «não como um governador, mas um administrador, ou melhor ainda, o secretário privilegiado de Brasília, que está no cargo por desejo e posicionamento exclusivo do senhor presidente da República, já que não há eleição no Distrito Federal».

Cartas marcadas

Antes de minar o pronunciamento, Pompeu foi também apartado pelo senador Mansueto Lavor (PMDB-PE) que falou da semelhança do caso da despoluição do Lago Paranoá com o caso da Ferrovia Norte/Sul, e ironizou a situação, dizendo que existe um «jogo de cartas marcadas com um sistema de privilégios existentes. Essas construtoras estão praticamente acampadas dentro do Palácio do Planalto, do Palácio do Buriti e de todos os palácios governamentais e ditam as cartas do jogo. Desta maneira, o melhor, se não é para haver concorrência, que se escolham as construtoras diretamente, sem fazer esse ritual, essa farsa de envelopes lacrados, de chamar a imprensa para dizer quem ganhou a concorrência».